



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número 2377 / XI (2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

2011-02-08

O Secretário da Mesa

Alcarrê

Assunto: Plano de Ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina. Revisão.

Destinatário: Min Ambiente e do Ordenamento do Território

Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República

1. Considerando que foi aprovado no Conselho de Ministros de 27 de Janeiro de 2011 uma Resolução sobre a revisão do Plano de Ordenamento do **Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina** e , cujo teor ainda desconhecemos e que, certamente, será o resultado de todo o processo de discussão pública, do diálogo com os autarcas das áreas abrangidas pelo Plano, e de conciliação entre os vários Ministérios com intervenção em matéria de ordenamento do território e desenvolvimento regional e rural;
2. Considerando que os Deputados eleitos pelo PS nos círculos de Beja e Faro acompanharam a par e passo este processo, organizaram uma audição pública junto dos diversos actores, *in loco*, reuniram com o ICNB e, finalmente, apresentaram propostas concretas ao Governo, tendo mesmo organizado visitas ao território, numa delas tendo acompanhado o Secretário de Estado do Ambiente;
3. Considerando que da aprovação da revisão deste Plano de Ordenamento estavam pendentes outras matérias, como a regulamentação da Pesca Lúdica no PNSACV e o avanço do Programa POLIS LITORAL SUDOESTE;

Nestes termos,

Os Deputados do PS, correndo o risco de estar a antecipar um conjunto de questões por desconhecimento do teor final da Resolução do Conselho de Ministros, mas considerando que esta matéria tem de ser cabalmente esclarecida, vêm por este meio solicitar ao Ministério do Ambiente respostas às seguintes questões:

- a) Qual foi a evolução que se verificou no Plano relativamente ao conjunto de alterações recolhidas ao longo destes dois anos pelo ICNB, desde o momento de apresentação da proposta até ao momento da sua aprovação?
- b) Quais as matérias mais sensíveis que não mereceram aceitação por parte desse Ministério e quais as razões objectivas para a sua não inclusão no Plano?
- c) Qual a situação e as novas propostas sobre a regulamentação da pesca lúdica e pesca profissional no PNSACV?
- d) Em que ponto se encontra o Programa POLIS LITORAL SUDOESTE e quais os meios de financiamento para a concretização dos investimentos previstos?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 2 de Fevereiro de 2011

Deputado(a)s



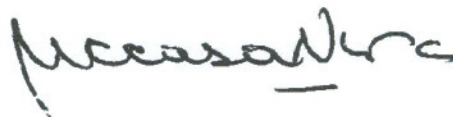
Luís Pita Ameixa(PS)



Miguel Freitas(PS)



Jamila Madeira(PS)



Conceição Casa Nova(PS)



João Soares(PS)